

A PREVIDÊNCIA RURAL EM SÃO JOSÉ DO NORTE E SEUS IMPACTOS TERRITORIAIS

RURAL WELFARE IN SÃO JOSÉ DO NORTE AND ITS TERRITORIAL IMPACTS

Jefferson Rodrigues dos Santos*

Resumo

O presente trabalho teve por objetivo avaliar as repercussões provenientes da renda previdenciária rural no contexto do espaço rural de São José do Norte. Foram investigados os efeitos econômicos e sociais sobre os idosos, suas famílias e a relação destes com a economia do município. Os efeitos espaciais das aposentadorias também foram analisados, com ênfase em sua capacidade de mobilizar a população rural em direção ao espaço urbano. Concluiu-se que, além dos impactos de caráter geral a saber, melhoria das condições de vida e moradia, redefinição do papel do idoso, dinamização da economia municipal, a previdência rural, ao interagir com fatores locais desenvolveu resultados não-esperados em que se destaca a melhoria das condições sanitárias da população rural. Do ponto de vista espacial, concluímos que ocorreram dois períodos diferenciados de impactos. No primeiro, antes da instalação das infra-estruturas, parte dos beneficiários migrou para a cidade em busca de melhores condições de conforto e proximidade dos serviços de saúde. No segundo período, em função da existência destas, a população tende a permanecer no campo, considerando a melhoria das condições de conforto através da eletrificação rural e melhor acesso à área urbana proporcionado pela rodovia pavimentada.

Palavras-chave: Previdência rural, impactos territoriais, São José do Norte - RS

Abstract

The present work analyzes the effects of the rural social security income in the context of the rural space of São José do Norte. The economical and social impacts in the elderly's, your families and the relationship of these with the municipal district economy were investigated. The space effect of the social security income were also analyzed, with emphasis in your capacity to mobilizes the rural population in direction to the urban area. The research ends that besides the impacts of general character as improvement of the life conditions and home, redefinition of the elderly's paper, dinamization of the municipality economy, the income, when interacting with local factors developed no-expected results like the improvement of the sanitary conditions of the rural population. Of the space point of view, we concluded that happened two differentiated periods of impacts. In the first, before the installation of the infrastructures, part of the beneficiaries it migrated for the city in search of better comfort conditions and proximity of the services of health. In the second period, in function of the existence of these infrastructures, the population tends to stay in rural space, considering the

* Graduado em Geografia (FURG); Mestre em Geografia (UFRGS); Doutorando em Geografia: Desenvolvimento Regional e Urbano (UFSC); Pesquisador no Núcleo de Análises Urbanas da FURG; santosrodri@yahoo.com.br

improvement of the comfort conditions through the rural electrification and better access to the urban area provided by the paved highway.

Key-words: Rural social security, territorial impacts, São José do Norte - RS

INTRODUÇÃO

O município de São José do Norte figura como dos mais carentes do Rio Grande do Sul, apresentando os mais baixos índices de desenvolvimento humano do estado, apesar de se tratar de um dos mais antigos núcleos de povoamento e espaço basilar na formação do território gaúcho. Ausência de forças locais capazes de engendrar um projeto de desenvolvimento a partir *de dentro*, desinteresse das esferas estadual e federal em fazê-lo a partir *de fora*, resultaram num espaço mantido alheio às diversas etapas de construção da modernidade no território brasileiro nas suas incursões ativas e passivas à divisão internacional do trabalho.

Neste espaço, gerações de pescadores e agricultores lidam cotidianamente com as forças biológicas, físicas, econômicas e sociais. A agricultura é praticada desde o século XVIII, através do trabalho de imigrantes açorianos, inicialmente plantando trigo. Plantar cebola tornou-se desde o século XIX a atividade que sustenta não apenas as unidades familiares de produção, como boa parte da economia do município. Além da dinâmica dos cardumes de pescados no estuário da Lagoa dos Patos e Oceano Atlântico, o tempo e os ritmos da cidade são regidos pelas fases de preparar a terra, plantar mudas de cebola, transplantá-las, colher e vender a cebola. Indústrias já existiram, como a de pescado, que sucumbiu juntamente com o desmonte do parque instalado em Rio Grande. Recentemente, surgiu a exploração do florestamento de *pinus*, mas a transformação industrial ainda é uma atividade secundária, o que faz de São José do Norte uma cidade do campo e do mar.

A produção de cebola experimentou uma fase áurea na segunda metade do século XX, até os anos 1980/1990 aproximadamente. No final dos anos 1950 o país se urbanizava, mais e mais pessoas deixavam de produzir no campo para tornarem-se consumidoras nos centros urbanos. O consumo dos itens básicos de alimentação crescia, aumentando conjuntamente a demanda por condimentos,

como a cebola. Neste período o Rio Grande do Sul era o principal produtor de cebolas do Brasil e São José do Norte o maior produtor do estado, o que fazia da cidade a “capital nacional da cebola”. Tal prosperidade não representou a acumulação por parte dos agricultores já que, antes de serem *ceboleiros*, como se autodenominam, são camponeses. Quando o retorno pela cebola era abundante, alguns adquiriram tratores para o trato da terra e caminhões para transportar a própria colheita, o que além da utilidade prática materializava para os olhos alheios a prosperidade vivida. Outros construíram casas na cidade, para ter onde ficar quando lá precisavam ir ou para que os filhos pudessem continuar a estudar, dadas as limitações da formação escolar no meio rural. A maioria simplesmente viveu uma época em que plantar cebola era o suficiente para uma vida menos dura.

As condições mudaram. Uma cultura com retornos satisfatórios atraiu produtores de outras regiões do Brasil. Na metade dos anos 1980 a organização espacial da produção de cebola no Brasil havia mudado, os longos períodos de entressafra que inflacionavam os preços do produto deixaram de existir. Se estabelece uma concorrência inter-regional, marcada pela forte participação de estados como Santa Catarina, que assumiu o posto de maior produtor nacional, além de São Paulo e Nordeste com várias áreas. Surge inclusive uma cebolicultura modernizada nestes novos espaços produtivos, especialmente no Nordeste.

Frente à crise estabelecida não houve qualquer esboço de reconversão produtiva por parte dos agricultores. Podemos encontrar explicações recorrendo a Weber e sua idéia das ações sociais motivadas pela tradição, a Chayanov e a contabilidade qualitativa do camponês, ou ainda a Von Thunen e o papel do espaço enquanto distância na definição do que é viável produzir em cada lugar. Há um pouco de cada uma destas determinações na não-reação dos agricultores a situação de uma cultura que paulatinamente os deixava mais e mais vulneráveis. Inviabilizadas economicamente, muitas unidades de produção deixaram de existir. Conseqüentemente, São José do Norte registrou a transferência de metade de sua população do rural para urbano no decurso da década de 1980 para a de 2000, ano em que o IBGE registrou cerca de 75% dos 23.796 habitantes vivendo na cidade.

Concomitantemente à crise estabelecida no rural em São José do Norte, inaugurava-se em escala nacional uma política que hoje desperta interesse de economistas, sociólogos e pesquisadores das mais diferentes áreas conhecimento, a previdência rural.

Inicialmente, é preciso entender o caráter de inovação do subsistema rural da previdência inaugurado no Brasil nos anos 1990. Até 1988, ano em que a categoria de *segurados especiais* entra no capítulo da Constituição sobre a seguridade social, a cobertura previdenciária direcionada aos trabalhadores rurais era diferenciada, com valores inferiores na comparação com os benefícios básicos urbanos, além de apresentar diferenças entre mulheres e homens, com desvantagens para o sexo feminino. O novo modelo passa a conceder os benefícios equivalentes, ou seja, no valor de um salário mínimo, indiferentemente dos sexos. A diferença com relação ao gênero presente no modelo residia na idade mínima para acesso, 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

O subsistema rural da previdência efetiva-se somente no início da década de 1990, após as regulamentações de custeio e acesso (Leis 8.212 e 8.213, de 1991). Desde então, pesquisas têm sido realizadas com vistas a observar os resultados, considerando os diversos processos de transferência de renda que se instalam. Há uma transferência de renda das regiões de maior arrecadação rumo às que arrecadam menos, mas apresentam mais beneficiários, cujo exemplo mais extremo são as regiões sudeste (que arrecada) e nordeste (que recebe). Transfere-se renda também do espaço urbano para o rural e ainda entre gerações. Primeiro, o montante arrecadado junto à População Economicamente Ativa (PEA) direciona-se aos inativos. Entretanto, o que tem instigado pesquisadores diz respeito ao fato de que nas regiões mais pobres ocorre nova transferência de renda, do idoso beneficiário para membros mais jovens da família, além da ativação da economia urbana dos pequenos municípios e da utilização da renda previdenciária para o custeio de atividades agrícolas.

Como tal política se manifestou em São José do Norte? Esta questão de caráter geral repercutiu numa série de questionamentos mais específicos, como saber quais seus efeitos frente ao quadro de crise vivido pelos agricultores, de que forma esta renda atua na unidade de produção, como influencia as decisões dos agricultores e a existência ou não de um fluxo de tal renda no interior da

família, auxiliando mais membros. Buscou-se também observar se a mesma extrapola a escala da unidade de produção, produzindo efeitos na área urbana do município. No entanto, interessava especialmente saber se num contexto de fragilidade das unidades de produção/domicílio, ela representou a sobrevivência das mesmas ou ativou um êxodo iminente.

Estas questões buscaram não apenas compreender um pouco mais da realidade de São José do Norte, mas preencher uma lacuna observada no que diz respeito aos estudos anteriormente citados. Uma possibilidade de contribuição da Geografia diz respeito ao entendimento de como esta política interage com a realidade preexistente, partindo da premissa de que a diversidade de resultados hoje constatada origina-se da interação de tal política com o território em seus múltiplos contextos ambientais, infraestruturais, econômicos, sociais e culturais.

1. PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

As novas dinâmicas econômicas e sociais não se projetam num espaço sem passado. Há entes, fenômenos e processos que antecedem as novidades, interagindo com estas, modificando ou intensificando sua força ou mesmo produzindo efeitos emergentes na interação. Esta foi a premissa que norteou as ações da pesquisa e que definiu a busca por uma teoria e um método.

A noção de *situação geográfica* pareceu adequada. Pierre George a define como a resultante, num dado momento, de um conjunto de ações que se contrariam, se moderam ou se reforçam, sofrem efeitos de acelerações, de freios, sendo uma herança de situações pretéritas e condição para a situação futura (GEORGE *et al*, 1980).

Uma operacionalização possível para o conceito de situação geográfica pode ser encontrada na obra de Milton Santos. Para o autor (SANTOS, 1988), a situação geográfica significa o quadro preexistente sobre o qual irão incidir as ações, podendo ser entendido também como: “(...) *campo para a ação transformadora do homem, que tanto pode ser a natureza “natural” ou considerada como tal, como a natureza transformada, socializada, mais ou menos tecnicizada*” (SANTOS, 1985), sendo definida pelo mesmo como a síntese de

novo/velho, interno/externo e Estado/mercado. Novo e velho, como tempo da sucessão histórica e da coexistência daquilo que é contemporâneo. É tanto o passado, que no rural persiste e atua no presente (LEFEBVRE, 1971), quanto o presente não apenas projeto mais realidade ainda não terminada, como diz Santos (2002) citando Whitehead. Interno e externo fornecem a noção de escala, já que a explicação de um lugar e seus fatores internos necessita considerar aquilo que é externo, isto é, os fatores que extrapolam a escala local. Em resumo: “A evolução de um país, uma região, uma localidade, deve, pois, muito ao resultado do entrelaçamento entre dados externos e internos. A situação de um lugar é, em um dado momento, um resultado dessa síntese, permanentemente feita e refeita” (SANTOS, 1985, p. 78). Por fim, *Estado e mercado* são os mediadores entre novo/velho e externo/interno. Tanto o Estado quanto o mercado (em suas diferentes escalas) intervêm na vida de um lugar. O mercado está sempre presente, o Estado nem sempre, mas atua mesmo quando se omite, na medida em que outorga às mãos do mercado a regulação da vida social.

Na tentativa de avaliar as repercussões territoriais desta recente renda previdenciária, foi proposta uma metodologia de *análise de impactos territoriais*, adaptando uma construção formulada por Fernandes e Leal (2002). O objetivo era a observação das diferentes *dimensões* nas quais os impactos pudessem se manifestar, neste caso as dimensões econômica, social e espacial, bem como compreender estes impactos como produtos da interação do fato “renda previdenciária” com outros fatores com distintas idades, escalas e responsáveis.

A adjetivação “territorial” dada ao espaço geográfico na pesquisa buscou integrar as repercussões econômicas, sociais e espaciais, entendendo que relações econômicas, sociais, culturais e mesmo ecológicas, tendo o espaço não apenas como localização, mas como condição e produto, formam um amálgama a que chamamos território.

A observação de tais dimensões deu-se a partir da escolha de *indicadores* capazes de fornecerem subsídios à avaliação do impacto. De natureza *horizontal* ou *vertical*, os indicadores visavam fornecer uma noção de relação e escala. Os indicadores *horizontais* dizem respeito à observação entre os principais envolvidos no processo, aqui, os membros da família presentes nas unidades de produção. Já os indicadores *verticais* pretendem dar conta da relação do

beneficiário da previdência com seu entorno mais ou menos imediato, especialmente o município (Quadro 1). Ambos indicadores foram analisados a partir de variáveis de ordem quantitativa (dados estatísticos) e qualitativa (o discurso dos sujeitos).

Quadro 1: Dimensões de análise e seus respectivos indicadores.

Dimensões	Indicadores	
	Verticais	Horizontais
Econômica	Utilização do Comércio, transporte e serviços.	Permanência da unidade familiar na condição produtiva.
Social		Renda familiar, condições de vida e das moradias, relações de ajuda-mútua inter e intrafamiliares, bem-estar do idoso.
Espacial	Perspectivas de permanência/migração; motivo das permanências/migrações.	

Fonte: Santos, 2006.

O trabalho de campo foi realizado no segundo semestre de 2005 através da aplicação de questionários mistos, sendo parte estruturados, para análise estatística de natureza descritiva e parte semi-estruturados, visando a realização de uma análise dos depoimentos através de um procedimento de pesquisa qualitativa denominado “análise de conteúdo” (MORAES, 1999), o qual, em síntese, baseia-se na observação de regularidades nos discursos dos sujeitos, as quais pode-se descrever, sintetizar e interpretar. Noventa entrevistas foram realizadas com a participação de três grupos de entrevistados distintos.

Buscando estabelecer comparações entre agricultores aposentados e não-aposentados, mas especialmente entre os aposentados rurais que ainda vivem no campo e aqueles que migraram para a área urbana foram definidos os grupos¹: **a)** estabelecimentos cujos responsáveis fossem beneficiários da previdência, **b)**

¹ Em cada grupo foram entrevistadas trinta famílias, sendo a família tomada como unidade de análise. Considerando os dados dos censos agropecuário de 1996 e demográfico no ano de 2000, as amostras **a** e **b** representam, cada uma delas, cerca de 1% do universo de unidades de produção contabilizadas no referido censo agropecuário. A amostra **c** por sua vez representa cerca de 0,68 % da população total, formada por pessoas domiciliadas na área urbana, nas faixas etárias de 40 a 59 e de 60 anos ou mais de idade, corte necessário para que se abarcasse a população de mulheres aposentadas, devido à idade de 55 anos prevista para sua obtenção ao benefício de aposentadoria rural por idade.

estabelecimentos cujos responsáveis fossem agricultores fora da idade de aposentadoria e finalmente, **c)** agricultores beneficiários da previdência e atualmente domiciliados na área urbana do município. Na etapa rural do trabalho de campo, as trinta entrevistas de cada grupo foram obtidas através de visitas à seis localidades rurais do município, escolhidas com o intuito de cobrir de forma razoavelmente homogênea os três distritos do mesmo (Figura 1). Em cada localidade foram visitados cinco estabelecimentos do grupo **a** e cinco do grupo **b**. Na área urbana não houve uma pré-definição dos locais para realização das entrevistas, apenas a busca por aposentados rurais que se dispusessem a colaborar com a pesquisa.

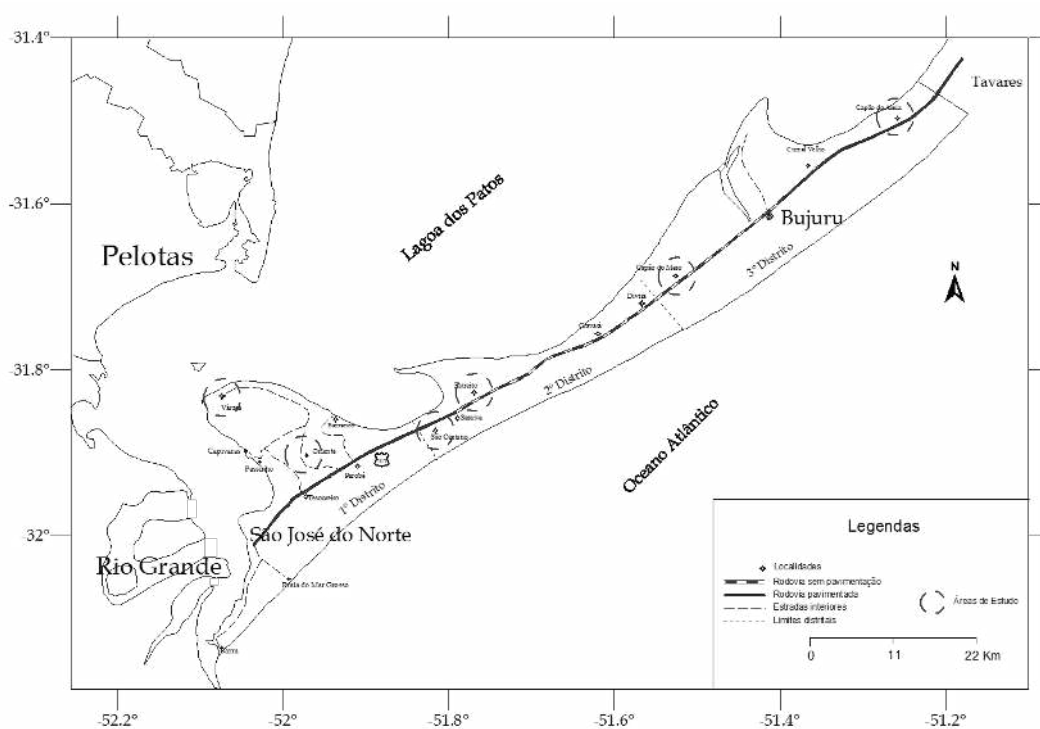


Figura 1: Áreas de estudo no espaço rural de São José do Norte. Fonte: SANTOS, 2006

Partimos deste esquema de interpretação para entender como a previdência rural, algo de *novo, externo* e emanado do *Estado*, interage com outras manifestações da totalidade social.

2. A PARTICIPAÇÃO DO IDOSO NA COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO NORTENSE

Um primeiro aspecto a ser considerado a respeito dos impactos da previdência rural diz respeito ao crescimento da participação dos idosos² na composição da população do município de São José do Norte. O crescimento da população com 60 anos ou mais frente às demais faixas etárias é uma tendência nacional, tendo dobrado nos últimos 50 anos. Também é necessário dizer que existe um processo de feminização da população idosa, no qual se observa a partir dos anos 1990 uma diferença de aproximadamente um ponto percentual entre a participação de mulheres e homens idosos. De um patamar de 4% nos anos 1940, a população idosa passou para 8% em 1996 e aproximadamente 10% em 2000 (CAMARANO, 2002), pertencendo às mulheres idosas estes percentuais.

Tal dinâmica ocorreu de forma mais acentuada em São José do Norte. Partindo de um percentual em torno de 6% da população nortense em 1970, este número cresceu para 7% em 1980, 9,16% em 1991 e finalmente 11,68% no ano 2000. Em consonância com a tendência nacional, estes percentuais são referentes à participação feminina, já que a proporção de homens com idade igual ou maior que 60 anos frente à população total manteve-se num patamar em torno de 1 ponto percentual abaixo dos valores referentes ao universo feminino da população.

Este crescimento da participação da população idosa repercute no elevado percentual de responsáveis por domicílio com idade igual ou superior à 60 anos, acima de 21% no município. Este dado é relevante pois permite inferir que estes domicílios, sejam urbanos ou rurais, apresentam pelos menos uma entrada de renda por mês proveniente da previdência social. No ano 2000, cerca 87,2% dos homens idosos recebiam aposentadoria ou pensão em São José do Norte, subindo o percentual para 91% no caso das mulheres, conforme dados do IBGE do mesmo ano (BRASIL, 2004). O número de beneficiários da previdência, tomados universalmente (benefícios rurais e urbanos), vem experimentando um crescimento continuado ao longo dos anos, totalizando 5.525 beneficiários no ano de 2005, o que corresponde a aproximadamente 23% dos 23.796 habitantes do município conforme o censo demográfico de 2000. No caso específico dos

² De acordo com a Política Nacional do Idoso, considera-se como tal toda pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.

aposentados rurais³, o número de beneficiários também cresce. Os dados obtidos junto a gerência regional do INSS mostram um crescimento de 339 benefícios concedidos em 2000 para 1.015 benefícios em 2004.

Tão importante quanto o fato dos aposentados serem responsáveis por este percentual de domicílios, é o fato de que muitos idosos vivem em companhia de demais membros da família, não necessariamente sendo os responsáveis pelo domicílio. Na convivência com filhos, netos e outros familiares em um mesmo domicílio, o idoso aposentado assume um papel de relevância econômica e social, pois contribui para a formação da renda familiar. Os dados apresentados no gráfico 1 dão conta de que mais de 35% da população idosa participava com mais de 10% a 30% da renda mensal familiar no ano 2000. Os estratos com participação de renda superior provavelmente dizem respeito às situações de casais de idosos ou idosos vivendo sozinhos, mas é provável também haver situações em que o aposentado é o principal provedor da renda familiar.

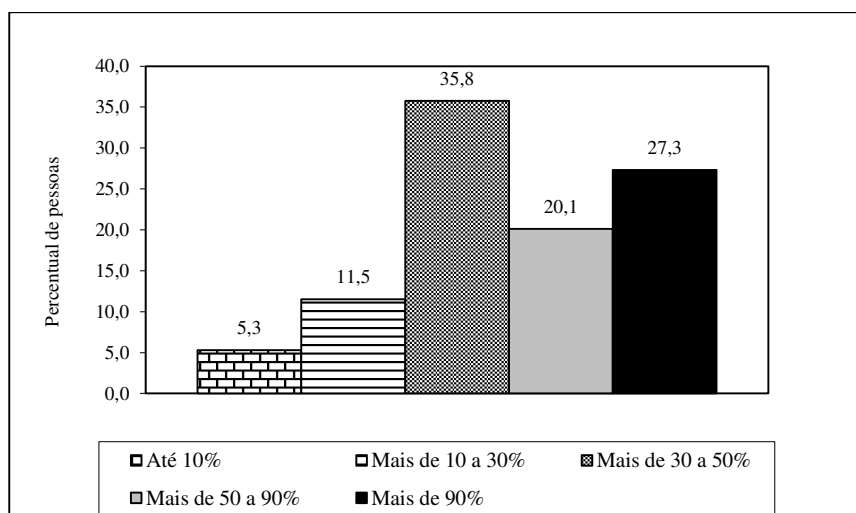


Gráfico 1: Distribuição percentual das pessoas de 60 anos ou mais de idade, por classes de contribuição no rendimento mensal familiar - São José do Norte - 2000. Fonte: IBGE – Indicadores Sociais Municipais (2004). Elaboração do autor.

³ Embora a pesquisa tenha centrado a análise nos agricultores aposentados por idade, é importante ter em mente que os benefícios concedidos ao meio rural compreendem pensão por morte, auxílio doença, aposentadoria por invalidez e benefício de prestação continuada, abarcando também os pescadores artesanais.

Numa situação como a de São José do Norte, que experimentou um acréscimo de população urbana como o anteriormente descrito, e que não apresenta um rol de atividades econômicas no espaço urbano capazes de abarcar esta população, o idoso acaba por se tornar o sustentáculo econômico da família, cujos membros mais jovens aguardam as demandas estacionais da pesca, especialmente de camarão, e da comercialização da cebola, que ocorrem no verão.

3. ANALISANDO O IMPACTO TERRITORIAL DA PREVIDÊNCIA

3.1. As relações econômicas do aposentado com seu entorno (Indicadores verticais)

Em contextos regionais marcados pela depressão ou estagnação econômicas e pela pobreza, os aposentados tornam-se atores sociais de relevo na vida econômica dos municípios, já que periodicamente ao receberem os proventos beneficiários, realizam as compras do mês, adquirem remédios, roupas, utilizam meios de transporte coletivos para chegar aos locais de recebimento dos benefícios, enfim, proporcionam a *relativa* dinâmica econômica dos pequenos municípios de economia agrária no Brasil. A escala municipal é, portanto, a mais afetada pela renda previdenciária, dado o caráter local da utilização da renda.

Em São José do Norte tal papel é igualmente desempenhado. Os gastos com alimentação figuram como a maior despesa entre os aposentados que ainda vivem no espaço rural e aqueles hoje domiciliados na área urbana, diferentemente dos agricultores não-aposentados, para os quais as despesas com a cebolicultura (sementes, fertilizantes, defensivos, etc) são as maiores. Na área urbana de São José do Norte, os pequenos estabelecimentos destinados ao comércio de produtos alimentícios, chamados localmente de *mercadinhos*, representam a maioria dos estabelecimentos comerciais. Devido o declínio das tradicionais armazéns rurais, as *vendas*, é comum também encontrar veículos adaptados à comercialização itinerante de alimentos, especialmente ônibus e caminhões, trafegando pelas estradas do interior do município. Ao entrevistarmos os comerciantes, fomos informados que o período de maior faturamento no mês concentra-se nas duas primeiras semanas, justamente o período no qual os

aposentados recebem o benefício. Os aposentados representam 70% de sua clientela.

Secundariamente aparecem as despesas com a compra de medicamentos entre ambos os grupos de aposentados, uma necessidade que se intensifica de forma diretamente proporcional ao envelhecimento do indivíduo. As farmácias são outro tipo de estabelecimento bastante numeroso, tendo em conta o tamanho da população e da área urbana do município.

Na comparação entre gastos efetuados pelos aposentados com domicílio no rural e no urbano, verificou-se que os aposentados ainda residentes no rural têm direcionado parte de sua renda para o consumo de bens duráveis, ao contrário dos primeiros que aparentemente o fizeram anteriormente, considerando que em média aposentaram-se a mais tempo, tema a ser tratado adiante. Este tipo de consumo por parte dos aposentados localizados no rural encontra explicação na interação da renda previdenciária com outros fatores na conformação da *situação geográfica* local, como, por exemplo, a também recente instalação da infraestrutura de eletrificação rural, desenvolvida pelo Estado nas esferas estadual e federal em diferentes projetos. Somente em meados dos anos 1990 o município passou a integrar a rede geral de fornecimento de energia elétrica, desativando sua unidade geradora movida a diesel em 1994. O projeto estadual Pró Luz (1998) e os federais Luz no Campo (2000) e Luz Para Todos (2004) proporcionaram a eletrificação rural até então inexistente.

Pesa também o fato de que, ao se tornarem beneficiários da previdência, os agricultores rompem com um histórico de incerteza quanto à sua fonte de renda. Impossibilidade de prever o futuro devido a diferentes fatores, como a concorrência inter-regional e seu reflexo sobre os preços agrícolas, ou o poder dos atravessadores na comercialização da produção. A comercialização da produção local é dominada por intermediários locais e outros oriundos sobretudo do nordeste do país, os quais se estabelecem no município no período da comercialização, que ocorre aproximadamente entre os meses de novembro e abril. A assimetria de poder entre agricultores e intermediários faz com que a comercialização seja para os agricultores um momento de expectativa se os intermediários oferecerão bons preços pela produção, e mesmo se receberão pelo produto vendido, já que são freqüentes os casos de inadimplência.

Concretamente, esta relação de poder pode ser exemplificada com o depoimento de um agricultor nortense, do qual retiramos a seguinte citação: “(...) *tá na mão deles né. O comprador na hora do cafezinho eles se junta tudo e decide o que eles vão fazê com o agricultor. Tá na mão deles.*” (SANTOS, 2003, p. 93).

Na conformação de uma racionalidade calcada no binômio *certeza(da necessidade)/incerteza(do êxito)*, também é importante considerar o caráter universal da agricultura no que diz respeito a uma relação entre agricultores e meio na qual, “*a agricultura significa uma intervenção utilitária na natureza sem, entretanto, se curvar totalmente às necessidades humanas e com nenhuma habilidade para predizer completamente os resultados (...)*” (SHANIN, 1973, p. 9). É possível observar na tabela 1 a diferença no que diz respeito ao uso do crédito. Os agricultores não aposentados realizam compras a crédito com menos frequência pelo temor de não poderem saldar tais dívidas, devido o caráter anual e incerto da entrada de renda, proveniente da safra da cebola somente.

No caso dos aposentados, eletricidade disponível e segurança para efetuar compras a crédito têm como efeito resultante a aquisição de itens como geladeiras, antenas parabólicas, televisores, bombas de água para os poços artesianos que atendem as casas, televisores e mesmo telefones celulares, já que é preciso se comunicar com os filhos, que em muitos casos já migraram para a cidade devido à crise, ou ainda para centros urbanos mais distantes, no caso daqueles que alcançaram maior nível de escolaridade e qualificação profissional.

Tabela 1: Compras parceladas ou no “fiado” – São José do Norte – 2005.

Grupos	Sim (%)	Não (%)
Aposentados situação rural	86,7	13,3
Não-aposentados	46,7	53,3
Aposentados situação urbana	60,0	40,0

Fonte: Pesquisa de campo. (SANTOS, 2006)

Pelo menos uma vez por mês os aposentados dirigem-se à área urbana do município, já que precisam realizar o saque do benefício na agência bancária, ocasião na qual aproveitam para visitar parentes, buscar atendimento médico e efetuar as compras descritas anteriormente. Como a área urbana de São José do Norte trata-se do principal destino nos deslocamentos dos aposentados com

situação rural⁴, pode-se inferir que o início do mês, período de pagamento dos benefícios, seja o momento de maior demanda na economia local, principalmente no setor terciário. A hipótese foi confirmada por uma funcionária de um dos principais escritórios contábeis da cidade. Este comportamento assume um papel fundamental numa economia com forte vinculação à atividade primária, com uma periodicidade fortemente sazonal na geração de renda e demanda de mão-de-obra.

Em suma, o nível de participação da renda previdenciária na economia do município permite enquadrar São José do Norte na categoria de *município previdenciário*, conforme a literatura sobre o tema. Um município previdenciário, segundo Schwarzer (2000a) é caracterizado pela superioridade do valor das transferências previdenciárias frente às transferências fiscais do Fundo de Participação Municipal – FPM. Caso ocorra o contrário, o município é enquadrado como *fiscal*. O gráfico 2 permite a constatação de que São José do Norte trata-se de um município intensamente previdenciário. Observa-se no intervalo 2000-2004 a grande diferença entre as transferências fiscais do FPM e previdenciárias, com o crescimento da diferença ao longo do período.

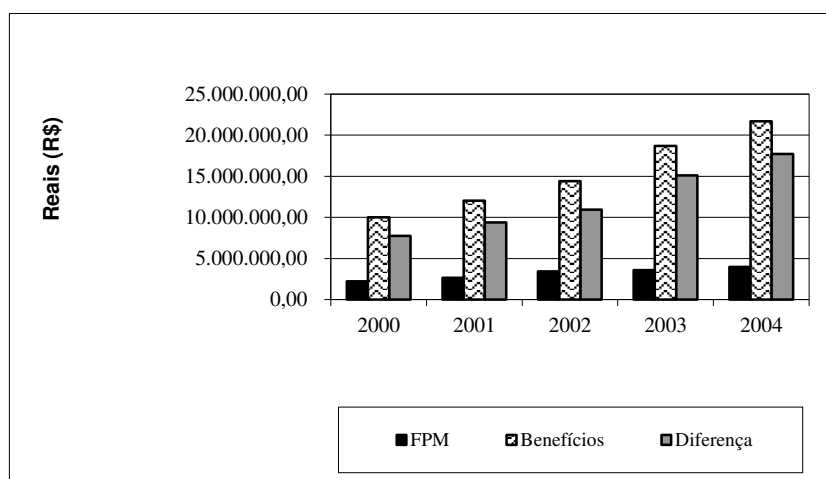


Gráfico 2: Comparativo entre Fundo de Participação dos Municípios e Benefícios Previdenciários (2000 - 2004). Fonte: Gerência Regional INSS – Pelotas (2005); Min. Fazenda (2005). Elaboração do autor.

⁴ A exceção é representada pelos moradores da porção mais setentrional do terceiro distrito, como as localidades de Bujuru e Capão da Areia. Pela proximidade do centro urbano de Tavares e pelas melhores condições da rodovia que em 2005 já se encontrava pavimentada até o município vizinho, era comum a população destas localidades deslocar-se para Tavares ao invés da sede do município de São José do Norte.

3.2. Relações econômicas e sociais entre aposentado, unidade de produção/domicílio e família (indicadores horizontais)

a) Permanência da unidade de produção na condição de produtiva.

Nem todos os beneficiários da previdência permanecem na condição de responsáveis pela gestão da unidade de produção, sendo responsáveis apenas pelo domicílio. É preciso levar em conta a heterogeneidade existente na faixa etária a partir de 60 anos no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, e as diferentes possibilidades de haver continuidade no trabalho daí decorrentes. Pode-se dizer que tal continuidade trata-se de uma condição inexoravelmente temporária. No caso dos aposentados com situação rural, observou-se que 70% deles permaneceram responsáveis pela gestão. Entre os aposentados com situação urbana, este percentual declina para 30% somente. A transferência da gestão deu-se para os filhos, tanto no caso dos aposentados com situação rural, quanto para os situados no urbano que não venderam, arrendaram ou simplesmente abandonaram suas propriedades.

Entre os aposentados com situação rural⁵ que permaneceram responsáveis pela propriedade, pouco mais da metade continuou vinculada à cebolicultura. Entre os beneficiários que informaram não continuar cultivando cebola, é possível encontrar uma relação direta com fatores como a invalidez, idade avançada para a atividade, a morte do cônjuge, especialmente do marido, a obtenção do segundo benefício do casal e a transferência da administração da propriedade, seja de casais ou viúvas, para os filhos.

Cerca de 79% do grupo que continuou produzindo afirmou investir dinheiro da aposentadoria na atividade produtiva (Tabela 2).

Tabela 2: renda previdenciária e produção entre aposentados com situação rural – São José do Norte - 2005.

Permanência na condição de produtor		Destino	(%)
Sim (%)	Não (%)		
		Sementes	13,3
63,3	36,7	Insumos (adubo, defensivos)	66,7

⁵ Entre os agricultores aposentados situados na área urbana, o percentual daqueles que ainda cultivam cebola é de 10%, ou seja, três entrevistados. Destes, somente um aposentado manifestou empregar dinheiro da aposentadoria na produção, na compra de insumos segundo o mesmo.

Aplica dinheiro da aposentadoria na cebolicultura		Maquinário	0,0
Sim (%)	Não (%)	Pagamento de empréstimo	6,7
78,9	21,1	Outros*	13,3

Fonte: Pesquisa de campo (SANTOS, 2006).

* compra de arame para cercas e/ou eventual pagamento de diaristas.

Nas situações em que o beneficiário da previdência mantém a atividade produtiva ou mesmo quando convive com mais membros da família que o façam, o papel desempenhado pela renda previdenciária extrapola sua função inicial prevista, ou seja, garantir a subsistência dos indivíduos. Ela atua como viabilizadora da unidade de produção de duas formas: a) auxiliando no financiamento da produção, como foi visto e b) convertendo-se num pseudo-seguro agrícola, já que garante um rendimento básico aos indivíduos caso a produção agrícola seja prejudicada, algo constatado em escala nacional por Delgado e Cardoso Jr (1999).

Em ambas possibilidades, trata-se de uma condição bastante diferenciada frente aos agricultores não aposentados, dadas as condições locais. Segundo os mesmos, o custo da produção de cebola é elevado e isto se deve em parte à sua dependência ao uso de agrotóxicos, cujo preço tem se elevado ao longo dos anos, diferentemente do que ocorre com a cebola. A frase a seguir ilustra a opinião dos agricultores a respeito do tema dos agrotóxicos: *“(...) E nós aqui tá ficando difícil por que já dependemo até desses remédio (agrotóxicos) que não existia antes e agora já, muita gente aí que não bota já... Então ficô muito mais caro o custo da cebola.* (20º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005) A expressão *“muita gente aí que não bota já...”*, seguida de silêncio representa a visão do entrevistado de que é impossível produzir atualmente sem o uso de agrotóxicos, sob pena de terem suas lavouras prejudicadas por doenças, especialmente fungos na área de estudo.

b) Renda familiar e condições de vida

Seja pela continuidade no trabalho agrícola, seja por outras estratégias, casos em que o salário mínimo da aposentadoria soma-se a outras fontes de renda foram relativamente freqüentes (Tabela 3).

Tabela 3: Renda previdenciária frente à outras fontes de renda – São José do Norte - 2005.

Aposentadoria X outras fontes	Aposentados situação rural (%)	Aposentados situação urbana (%)
Não tem outras fontes de renda	20	46,7
Entre 75 e 90% ou mais	33,3	40,0
Entre 50 e 75%	23,3	6,7
50%	13,3	3,3
Entre 25 e 50%	10	3,3
10% ou menos	0	0,0

Fonte: Pesquisa de campo. SANTOS (2006).

Malgrado prováveis imprecisões nas estimativas dos entrevistados, é relevante o fato da renda previdenciária coexistir com outras formas de renda. Tais formas de renda não-previdenciária são, como se pode presumir, oriundas da agricultura, mas não exclusivamente desta. Para os aposentados com situação rural, a cebolicultura e esta juntamente com a pecuária bovina de corte representam a grande maioria dos casos. A combinação *lavoura e pecuária* representa uma estratégia de segurança alimentar e de renda da família. Criado solto, geralmente nos terrenos alagadiços e glebas em repouso, o pequeno rebanho mantido pelos agricultores atua como uma espécie de poupança, sendo inclusive desconsiderado em muitos casos quando questionamos sobre as fontes de renda. Quando o agricultor vê frustrado seu retorno monetário pela safra de cebola e precisa comprar insumos para a nova plantação e os mantimentos para a casa, vende uma ou mais cabeças de gado para os pecuaristas maiores, obtendo uma complementação à renda da lavoura comprometida. Até algum tempo atrás, existia o hábito do próprio agricultor abater o animal e vender a carne na vizinhança, prática hoje proibida pela vigilância sanitária municipal.

Entre os aposentados com situação urbana percebe-se drásticas diferenças. Para aqueles que afirmaram possuir outra fonte de renda (Tabela 5), foi freqüente o arrendamento da propriedade que deixaram quando da mudança para a área urbana (43,8%). Recebem um percentual sobre a produção comercializada, geralmente de agricultores cuja área das explorações é muito

pequena, ou ainda dos filhos, pelo uso da propriedade dos pais. Relatam que o dinheiro que recebem pelo arrendamento é ínfimo, considerando a situação da agricultura local. No contexto de seu novo espaço de vida, a segunda atividade mais significativa encontrada foi o trabalho informal nos armazéns nos quais a cebola comprada pelos intermediários é classificada, beneficiada e embalada. Os aposentados trabalham principalmente no beneficiamento, que consiste no corte das raízes e da porção aérea (ramas) da cebola. Recebem por produção, ou seja, pela quantidade de balaios que conseguem encher com cebola cortada.

Questionamos o que havia acontecido em termos de qualidade de vida desde a obtenção do benefício previdenciário, com a intenção de observar a percepção dos mesmos sobre suas condições de vida. Quantitativamente, a maioria das manifestações relatava melhoria nas condições de vida, em ambos os grupos. No entanto, foi possível registrar duas manifestações, uma de indiferença, outra de descontentamento, por parte dos aposentados com situação rural. Tal sentimento parece estar ligado com a inatividade. O vínculo com o trabalho é muito forte entre os entrevistados com situação de domicílio rural. No questionário qualitativo também havia uma questão aberta sobre como o agricultor se sentia desde aposentadoria. A resposta ao questionamento apresentava invariavelmente um componente de continuidade do trabalho, seja na lavoura de cebola, na horta ou na organização religiosa e comunitária. Temos a frase: “ – *Claro que eu me sinto bem. Pra mim é a mesma coisa, tudo uma coisa só. Enquanto eu pudé trabalhá... O cara enquanto pudé, tendo saúde o cara pode trabalhá...*”(9º entrevistado aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005). Ela ilustra o sentimento dos aposentados em sua relação com o trabalho, mesmo com o avançar da idade. A invalidez é o elemento que ameaça este sentimento de satisfação: “*Não me aposentei por doença, por invalidez, que aí o cara fica, pô me aposentei tô doente não posso trabalhá... se eu quiser trabalhá, tenho possibilidade de trabalhá,... então eu me sinto mais assim, contente né.*” (4º entrevistado aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

Tomando o grupo dos agricultores não-aposentados como referencial de uma situação *sem o impacto* da renda previdenciária, questionamos sobre suas condições de vida. Como resposta, observou-se apenas uma manifestação de “muito boas” condições de vida, explicável considerando o contexto presente.

Cerca de um quarto dos entrevistados afirmou terem condições “boas” de vida e a grande maioria informou considerar suas condições de vida “regulares”. Infelizmente, observa-se a superioridade das manifestações de que a vida está ruim (13,4%) sobre a manifestação “muito boa”.

Cabe a advertência de que há uma diferença no questionamento feito aos dois grupos de entrevistados. Para os aposentados, questionava-se sobre mudanças *desde* a aposentadoria. No caso dos não-aposentados, não havia evento significativo que pudesse representar ruptura nas condições de vida, sendo necessário questionar sobre sua opinião acerca da condição atual. Isto nos leva a admitir que o fato dos aposentados informarem que suas vidas melhoraram muito em boa parte dos casos, não significa que responderiam que suas vidas são “muito boas” caso fossem questionados exatamente como os não-aposentados. Esta diferença nas questões nos permitiu concluir, entretanto, que mantidas as condições atuais e desprezando a possibilidade de doenças, os agricultores ora não-aposentados experimentarão processos de melhoria na qualidade de vida, quando acessarem seus benefícios previdenciários.

Esta hipótese pode ser confirmada pela categoria de análise mais numerosa em termos de manifestações dos entrevistados no questionário qualitativo. Considerando o histórico de incerteza ao qual estão ligados, os agricultores enxergam seu acesso à previdência como uma ruptura positiva em suas vidas. O caráter líquido e constante da renda lhes garante a segurança alimentar e permite ainda que sejam estabelecidos planos, impossíveis na fase “pré-aposentadoria” de suas vidas devido o caráter incerto da renda, como ilustra a frase a seguir:

“(...) Tu tens mais, tu te programando né, tu tens aquela garantia no fim do mês que tu tem aquele dinheiro por que, com a agricultura, com a cebola, tu não tinha. Tu não podia fazê uma conta hoje. Hoje mesmo, nós temo abaixo da colheita, tu não pode fazê uma conta, tu não sabe se ela vai dá uma cebola boa, se tu vai consegui vendê, se tu não vai sê caloteado, então tu não tinha aquela segurança que hoje tu tem, recebendo benefício tu sabe, no início do mês, trezentos reais tu recebe. Tu tando programado, pra ti comê, se tu não gastá muito com remédio, vai te mantendo (...)” (12º entrevistado aposentado com situação rural, agricultor de São José do Norte, 2005)

Esta é a tônica geral dos depoimentos, ocorrentes entre agricultores aposentados e não aposentados, tanto aqueles situados no meio rural quanto urbano. Entre os não-aposentados, são estabelecidas comparações através de frases como: “(...) *Eu não sei, porque os aposentado aí eles vive tranqüilo né. A gente acha a aposentadoria é pouca mas não é. O pai mesmo, o pai e a mãe, os dois aposentado vive tranqüilo os dois.*” (22º entrevistado não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Entre os aposentados situados na cidade a percepção a respeito da previdência é a mesma dos demais: “ – *Melhorou um pouco depois. (Questionado por quê) Melhorou porque esse dinheiro é todos mês né. É pouco mas é todos mês, e lá fora não, lá fora a gente passa a vezes seis mês sem vê dinheiro.*” (30º aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

c) Moradia e saneamento básico

Por uma questão de espaço não serão detalhados aqui todos os elementos observados na pesquisa em seu relatório completo (SANTOS, 2006). No entanto, pode-se afirmar que para ambos grupos de aposentados há uma correlação positiva entre acesso ao benefício previdenciário e mudança nas condições de moradia, com reformas, construção de novas casas e ampliação das casas, cujos principais materiais utilizados foram a madeira e a alvenaria.

Um dado revelador diz respeito a um fato percebido entre os aposentados com situação rural. Entre aqueles que afirmaram possuir banheiro com fossa como instalação sanitária, mais de um terço afirmou ter acesso a este tipo de instalação *após a aposentadoria*. Da mesma forma, cerca de um quarto afirmou ter construído o banheiro *após a eletrificação rural*. Isto nos leva a concluir que as políticas previdenciária e de eletrificação rural, ao se combinarem, produziram um terceiro efeito ou impacto, a melhoria das condições sanitárias deste grupo. A segurança de renda lhes garante a possibilidade de comprar o material de construção. A energia elétrica lhes permitiu ter acesso ao chuveiro elétrico, maior atrativo para a construção do banheiro, que também tornou-se viável pela possibilidade do uso de bomba hidráulica elétrica, necessária para o abastecimento da caixa de água e o funcionamento do sistema do vaso sanitário

e chuveiro. A este respeito, é ilustrativa a frase de um dos entrevistados: “(...) e agora tem tudo aí, tem luz, tem corona”. Ao dizer “corona”, referia-se à inédita possibilidade de utilizar um chuveiro elétrico.

d) Relações de ajuda e a valorização do idoso

Conforme já apontamos anteriormente (SANTOS e FONTOURA, 2006), há inicialmente mais evidências econômicas do quaisquer outras nas relações entre idosos e demais membros da família, ou seja, a transformação no papel do idoso no espaço rural no presente está baseada sobretudo em sua capacidade de mobilizar recursos.

Um dos fatores que propiciam este papel diz respeito aos arranjos familiares nos domicílios. Verificou-se a ocorrência de beneficiário(a) vivendo sozinho(a) em 10% dos casos, tanto para aposentados com situação rural quanto urbana. Ocorre num percentual semelhante o arranjo no qual um aposentado convive com filhos e netos. A maior concentração está em torno do casal de beneficiários, com mais casos entre os aposentados com situação urbana (46%) frente aos do rural (30%). Já no arranjo composto por casal e filho(s) e casal, filho(s) e netos observa-se a ocorrência de mais casos entre os aposentados com situação rural, 16,7% contra 6,7% dos aposentados com situação urbana. Verificou-se a maior ocorrência de casais cuidando de netos entre os aposentados com situação urbana, já os arranjos variados, com diferentes tipos de parentes, são equivalentes entre os dois grupos.

Estabelecem-se relações de ajuda, que podem extrapolar o próprio seio da família, sendo também de natureza interfamiliar ou comunitária. Também é preciso lembrar que a família não está restrita ao domicílio e que existem relações intra-familiares fora do âmbito domiciliar (CARVALHO e ALMEIDA, 2003). No que diz respeito à ajuda financeira fornecida aos filhos, outros parentes e/ou amigos, percebe-se a maior ocorrência entre os aposentados com situação rural (80% sim), seguido pelos aposentados com situação urbana (73% sim). No rol da ajuda financeira, aparecem em primeiro lugar os filhos como recebedores de auxílio. No caso dos agricultores não-aposentados existe uma equivalência entre aqueles que afirmaram positiva e negativamente fornecer auxílio financeiro.

O tipo de relação seguinte reforça a idéia de autonomia do aposentado frente aos membros da família e a verdade do inverso. A maioria dos aposentados afirmou não precisar receber ajuda em dinheiro por parte de familiares ou amigos, já entre os agricultores não-aposentados, percebe-se maior freqüência das situações de recebimento de ajuda (46%).

3.3. Repercussões da previdência rural sobre as migrações

Conforme já afirmamos, este item da pesquisa objetivava entender qual o papel da previdência frente ao êxodo rural existente em São José do Norte decorrente da crise da cebolicultura. Primeiramente, observamos o tempo médio de aposentadoria entre os aposentados com situação rural e urbana. Verificou-se uma concentração de aposentados com situação de domicílio urbana em torno dos períodos acima de 5 anos de aposentadoria, cujo intervalo mais representativo é o de 10 a 14 anos de obtenção do benefício (Tabela 4).

Tabela 4: Tempo de aposentadoria – São José do Norte - 2005.

Tempo de aposentadoria (anos)	Aposentados situação rural		Aposentados situação urbana	
	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
0 ---- 4	28,6	40,0	12,5	3,7
5 ---- 9	33,3	30,0	20,8	29,6
10 ---- 14	19,0	15,0	37,5	51,9
15 ---- 19	4,8	5,0	25,0	14,8
20 +	14,3	10,0	4,2	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (SANTOS, 2006).

Percebe-se a diferença em relação aos aposentados com situação de domicílio rural, em geral aposentados mais recentemente. Esta informação é importante na medida em que nos permite observar que uma parte considerável dos aposentados acessaram o benefício de aposentadoria antes da ocorrência dos fatos novos pelos quais passou o espaço rural de São José do Norte com destaque para a pavimentação da rodovia e a eletrificação rural.

Dos trinta aposentados rurais entrevistados que atualmente residem na área urbana do município, 43% afirmou ter mudado para a cidade antes da aposentadoria. Os restantes 57% migraram para a cidade após acessarem o benefício previdenciário. Esclarecedora a resposta, que ilustra a inviabilidade econômica atingida por parte das unidades de produção como motivo: (questionado sobre o motivo do êxodo) “ – *Sabe por quê? Quando eu botei a primeira safra fora de cebola e senti que não ia dá, eu disse: “ - Minha gente, vamo se mandá porque não dá mais”, que o meu trator também pediu obra, e a cebola não dava pra ela, custará pra endireitar o trator.*” (15º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005).

No caso dos beneficiários que migraram após se aposentarem, observamos a concentração no intervalo entre 7 e 15 anos de ocorrência. Isto nos leva a constatar que estes aposentados migraram para a cidade antes da instalação das infra-estruturas de transporte e eletrificação rural hoje existentes, e o fizeram em grande medida pela inexistência destas.

A combinação entre renda garantida e fatores complicadores da sobrevivência do idoso no espaço rural representa uma plausível explicação para o êxodo destes aposentados que, apesar da segurança proporcionada pela renda líquida e regular, mudaram-se para a cidade. Como o aposentado não dependia mais exclusivamente da agricultura para a satisfação de suas necessidades, sua decisão de permanecer no campo ou mudar-se para a cidade foi influenciada por uma multiplicidade de fatores de ordem objetiva e subjetiva, alguns dos quais abordamos a seguir. Tratam-se de temas que emergiram pela considerável repetição com que apareceram nos depoimentos dos entrevistados.

a) Saúde como determinante para a migração rural-urbano

A ocorrência de doenças, a necessidade de acompanhamento médico, o melhor acesso aos serviços de saúde e a proximidade de outros membros da família para o cuidado dos enfermos centralizam o tema da saúde como principal motivo para a migração daqueles que hoje vivem no meio rural. Segundo os mesmos, seus planos de permanência no meio rural após a aposentadoria podem

ser alterados caso as condições de saúde se agravem, levando a necessidade da migração para a cidade, apesar do conforto da energia elétrica e pavimento.

Entre os aposentados rurais atualmente domiciliados na área urbana, a saúde também pesou como um dos fatores para o êxodo rural, como vemos na frase de um dos entrevistados:

– É melhor né (referindo-se à cidade). O cara aqui mesmo tá pertinho do recurso. Não dá, por exemplo se o cara for saí de lá (rural), sem tê condução (transporte) que não tinha condução naquele tempo não tinha. A estrada não passava mesmo né. O cara tinha que arrumá um cavalo pra saí de cavalo ou arrumá uma carroça pra saí de carroça. E aqui não, o cara aqui tá pertinho. Ta alí logo ali. (7º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

b) Desagregação da família

A dissolução do grupo familiar trata-se de um dos fatores muito presentes entre aqueles que influenciaram a migração dos aposentados ora situados no espaço urbano. Com o antecedente êxodo rural dos filhos ou a constituição de suas próprias famílias em outras unidades de produção, as unidades geridas pelos aposentados perderam a mão-de-obra representada pela presença dos filhos, tornando-as inviáveis, como sugere o trecho: “ – *Nóis se mudemo porque os filho casaram tudo e fizeram a parte deles né. E nóis fiquemo os dois sozinho (...)* (16º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005) A ausência de companhia para os idosos também pesou na decisão de abandonar o campo e mudar para a cidade como manifesta a oração a seguir: “ – *O motivo que fez eu me mudá pra cidade foi que, os meus filho casaram tudo, e eu fiquei sozinho com ela, não dava pra fazê prestação mais. Não tinha jeito, que eu já tava velho (...)*” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

A crise da agricultura em São José do Norte levou à necessidade de muitos jovens partirem para a cidade em busca de novas formas de sobrevivência econômica, seja em São José do Norte ou na cidade vizinha de Rio Grande, cuja atividade portuária e do parque industrial pesqueiro absorveu grande contingente de mão-de-obra, pelo menos até meados dos anos 1990. A experiência da vida na cidade redefiniu visões de mundo acerca do trabalho e da relação com a terra. São comuns os relatos de filhos que mudaram para a cidade e que depois

convenceram os pais a também fazê-lo, afirmando que a vida na cidade seria melhor.

c) Descolamento vida/trabalho no espaço rural

Discurso muito presente nos depoimentos dos aposentados que atualmente vivem na cidade trata-se de uma espécie de descolamento entre o trabalho e a vida no rural. Segundos os mesmos, como não podiam mais trabalhar na plantação, não havia mais motivo para permanecer no campo, como ilustra o trecho: “(...) *porque a gente tá velho ia ficá fazendo o quê lá?*” (12º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005). A pergunta sobre viver no campo foi sempre respondida pelo viés do trabalho, sem o qual não existe a possibilidade de continuar no campo: “ (...) *Por que não tinha jeito, como é que eu ia ficá lá fazendo o quê lá sem plantá cebola? Não tinha jeito mesmo.*” (6º entrevistado, aposentado com situação urbana, agricultor de São José do Norte, 2005)

Acreditamos que o estreitamento dos vínculos com o mercado, a especialização ocorrida na área de estudo, tenha operado no sentido de inserir elementos de descontinuidade, através da profissionalização, na racionalidade do agricultor local. Assim, o rural passa a ser visto não mais como lugar de vida, mas como ambiente de trabalho. Manifestações que permitem esta inferência foram transmitidas por cerca de metade dos entrevistados atualmente domiciliados no espaço urbano.

Assim, temos um primeiro período de impacto espacial da previdência marcado por sua influência no êxodo rural de idosos, ao interagir com o quadro local de precárias condições de vida para os mesmos no campo.

A inserção de novos dados à *situação geográfica* de São José do Norte, destacamos, eletrificação rural e pavimentação da rodovia BR 101, têm operado, na interação com a política previdenciária, no sentido de influenciar o processo decisório dos agricultores, agora, com a tendência de permanência no espaço rural. Quanto questionados sobre que motivo os poderia fazer deixar o campo, 73% afirmou não ter intenção de mudar. A proximidade de filhos e parentes (10%), dos serviços de saúde (13%) e melhores condições de conforto (3%) aparecem como possíveis motivações para migrações.

Apontamos alguns elementos os quais evidenciamos como influentes na decisão pela permanência, também emergentes dos depoimentos.

Vínculos com o rural

Diferente do grupo que parece ter experimentado um descolamento entre as dimensões do trabalho e da vida, desconsiderando o rural como lugar para viver, os entrevistados localizados no meio rural pretendem continuar no campo. Entre os entrevistados que vivem no meio rural, surgem diversos elementos em seus depoimentos que sugerem uma forte ligação com este espaço. A expressão “(...) *eu me criei aqui, nasci e me criei aqui (...)*” está presente na maioria das orações que manifestam a intenção de permanecer no meio rural, seja entre agricultores aposentados ou não. Outros elementos evidentes são os vínculos estabelecidos através das relações de vizinhança. Estas relações de interconhecimento proporcionam a segurança que os mesmos afirmam não existir na cidade:

“(...) Por que aqui a gente vive tão tranqüilo. A gente sai deixa até a casa aberta, vai no vizinho e não tem problema graças à Deus né, não tem. Quando a gente chega tá tudo direitinho no mesmo lugar e na cidade já não é assim, a gente sabe que já tem que fechá, trancá tudo né, e às vezes mesmo trancado ainda acontece as coisas (...)” (2º entrevistada, aposentada com situação rural, agricultora de São José do Norte, 2005)

A tranqüilidade da vida no campo, em oposição à “agitação” da cidade é outro elemento sempre presente. O sentimento de liberdade frente à prisão da vida urbana, é outro fator da preferência pela permanência no meio rural:

“Porque eu acho que a campanha é muito melhor que a cidade, eu detesto cidade, a campanha é um lugar mais calmo, tudo mais calmo. E a cidade a gente também gasta muito na cidade. Cidade é uma prisão. Pra mim eu acho que a cidade é uma prisão, porque, só pra quem trabalha lá, por que aí tem atividade, mas pra quem tá aposentado ficá só sentado dentro de casa é uma prisão. Aqui não, aqui é mais livre”. (7º entrevistado, não aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

A possibilidade de complementar a renda previdenciária com estratégias como a produção de gêneros de autoconsumo também se manifesta na linguagem dos envolvidos. São emblemáticos os trechos:

“A cidade tem alguma diferença por um lado mais pra outro se torna mais difícil. (Questionado sobre o quê é mais difícil) Principalmente o consumo da casa, por que na campanha tu planta um legume, cria uma galinha tu tem, e lá é tudo na base do dinheiro né. Se não tem o dinheiro, não tem...”. “(...)Pra nós é o campo. Porque no campo tu faz uma horta, tu tens os legumes, tem tudo,... e lá é tudo comprado...” (6º entrevistado, não-aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005).

Novas condições de vida no espaço rural

“ (...) Pelo que a pessoa pode, conforto tem igual a cidade agora com a energia. Há um tempo atrás não, não se podia ter uma televisão grande, não podia ter uma geladeira, ... até podia né, a gás, mas agora...” (5º entrevistado, aposentado com situação rural, agricultor de São José do Norte, 2005)

Pavimentação parcial da rodovia e eletrificação rural. A inserção destas duas infraestruturas vem promovendo a elevação da qualidade de vida da população rural e a mudança na visão desta a respeito da vida no campo. A possibilidade do uso de utensílios domésticos e melhor acessibilidade à cidade graças à rodovia pavimentada reduziu, na visão dos entrevistados as diferenças entre o campo e a cidade no que diz respeito ao conforto: “ –(...) *Qué melhor que aqui? Temo estrada, temo luz. Daqui a pouquinho, tamo a meia hora de viagem já tamo no Norte.*” (9º entrevistado, não aposentado, agricultor de São José do Norte, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, os impactos territoriais da previdência observados em São José do Norte se aproximam muito daqueles observados na escala nacional. A conquista do direito à uma renda mínima na fase idosa, para homens e mulheres, eqüitativa entre estes e o trabalhador urbano, permite a visualização do tamanho

da dívida social para com este setor da sociedade. A renda da aposentadoria tem garantido o acesso das famílias aos itens de subsistência, salientando-se a alimentação e o acesso aos medicamentos, item tão necessário quanto a alimentação na fase idosa do indivíduo. Na experiência nacional e na local, a renda previdenciária aparece também como uma fonte de custeio da atividade agrícola. Converte-se, segundo a literatura, em seguro agrícola. O seguro agrícola real trata-se de uma conquista ainda não alcançada, de fato, pelos camponeses. Apesar disto, a certeza do recebimento do salário mínimo no início do mês sucede uma vida de incertezas sobre a satisfação das necessidades, frente à certeza destas.

O aposentado rural torna-se agente dinamizador da economia do município. Utiliza meios de transporte periodicamente, faz compras de alimentos, medicamentos, roupas, bens duráveis e material de construção. Auxilia financeiramente os parentes mais próximos, especialmente os filhos. Como efeito, assume uma postura protagonista, passando de provido à provedor. Sua valorização frente à sociedade apresenta hoje um viés economicista. Passará pelos obstáculos impostos pela civilização ocidental moderna (a destruição criativa, a efemeridade dos eventos e das técnicas e o ímpeto pela superação do passado) para o alcance de uma valorização plena. Assim como a questão de gênero na segunda metade do século XX tornou-se pauta de pesquisas e ações, sendo ainda atual, a contemporaneidade nos aponta para a necessidade da mesma preocupação no sentido das relações intergeracionais.

Na literatura sobre a experiência nacional, a busca por serviços de saúde aparece como principal motivo das migrações. A existência de um serviço de saúde efetivo no meio rural tenderia a potencializar positivamente os resultados da inserção da renda previdenciária. Com base na realidade observada, acreditamos que o somatório da “melhoria (virtual) das condições de vida (representada pela renda) + impossibilidade de tornar efetivas tais condições de vida (no meio rural)” uma explicação plausível para o êxodo também na experiência nacional.

Outros fatores preexistentes devem ser considerados. Na decisão pela migração, no caso local, objetividade e subjetividade se mesclaram. Somados à ausência de eletrificação rural, péssimas condições de transporte e necessidade

de serviços de saúde, os processos de especialização e profissionalização da atividade operaram no sentido de desagregar a comunidade e a família, esta especialmente a partir da crise, e fazer com que parte dos agricultores considerassem o rural como espaço de trabalho somente, levando-os a migrar a partir da aposentadoria.

Os pontos nevrálgicos da situação geográfica e da organização do espaço agrário nortense continuam os mesmos. Poder dos atravessadores, especialização num sistema de produção em crise e a não-emergência de propostas alternativas. Contudo, bastaram algumas mudanças em elementos infra-estruturais para que emergissem novos efeitos na interação com a política de previdência rural. Observa-se um novo período de impactos espaciais. Esta mudança é resultado da redefinição dos termos da equação exposta acima. Agora, a possibilidade “virtual” de melhoria de vida com a renda previdenciária pode se efetivar, visto que o espaço rural está dotado de novos objetos técnicos que “encurtaram” a distância entre o campo e a cidade. Embora a crise permaneça, os agricultores reconhecem que a vida na cidade pode ser pior do que a vida no campo nesta situação. Esboços de um processo de revalorização das relações de vizinhança e comunitárias, com o surgimento recente das associações comunitárias rurais, a possibilidade de segurança alimentar baseada no uso do tempo e da força excedentes, bem como a identificação com o espaço de vida representado pelo meio rural somam-se, como fatores subjetivos, à objetividade representada pelas condições proporcionadas pelas infra-estruturas.

O êxodo rural ocorrido (e ainda em marcha, embora menos intenso) em São José do Norte aponta para um cenário futuro no qual existirão menos pessoas ligadas à atividade agrária, aptas portanto, ao recebimento da previdência rural. Assim, se a participação dos idosos na composição da população apresenta uma curva de crescimento, a participação dos aposentados rurais na economia municipal tende a ser menos intensa nas próximas gerações.

Assim, entre o material e o ideal, na relação entre a economia, a sociedade, o espaço e o poder dos atores, a previdência rural, não isoladamente, produz impactos territoriais que transitam entre a universalidade pretendida entre os técnicos de Estado, e as particularidades resultado da interação com a situação geográfica do lugar onde incide.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico 2000: Brasil e grandes regiões**. Rio de Janeiro. 2004. Cd Rom.

CAMARANO, A. A.. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. IPEA. Rio de Janeiro. 2002. (Texto para discussão 858). Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf>. Acesso em 05/03/2005.

CARVALHO, I. M. M & ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, 17 (2): 109 – 122, 2003. Disponível em <www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>. Acesso em 10/03/2004.

DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. **O idoso e previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização**. Texto para Discussão no. 688. IPEA. Rio de Janeiro. 1999. Disponível em <www.ipea.gov.br> . Acesso em 20/09/2003.

FERNANDES, B. M. e LEAL, G. M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. in: IV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: Março. 2002.

GEORGE, P. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, P. *et al.* **A Geografia ativa**. 5ª ed. São Paulo: 1980. 358 p.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Edicions 62 S/A. 1971.

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. in: Revista Educação. Porto Alegre, n. 37, março, 1999.

SANTOS, J. R. dos. **Camponeses ou ceboleiros? Um estudo acerca da reprodução da agricultura familiar e do espaço agrário em São José do Norte – RS**. Rio Grande (Monografia de Conclusão do Curso de Geografia). FURG. 2003.

_____. **Previdência rural e suas interações com a realidade local: impactos territoriais em São José do Norte – RS**. Porto Alegre, UFRGS: 2006. (Dissertação de mestrado em Geografia).

_____ e FONTOURA, L . F. M. O papel do idoso no espaço rural: transformações recentes oriundas da universalização da previdência social brasileira: in: **Anais do XXVI Encontro Estadual de Geografia**, Porto Alegre, 2006. p. 57 – 66.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel. 1985.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec. 1988.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp. 2002b. (Coleção Milton Santos; 1)

SCHWARZER, H. **Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil – Evidências Empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**. IPEA. Rio de Janeiro. 2000a. (Texto para discussão 729) <www.ipea.gov.br>. Acesso em 20/09/2003.

SHANIN, T. A natureza e a lógica da economia camponesa. *in: Journal of peasant studies*. 1973. Tradução: Paulo Rogério Ferreira Garcia (1985).

